

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

**ATIVOS INTANGÍVEIS: UMA EXPLANAÇÃO DAS PRINCIPAIS  
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO ACEITAS PELA COMUNIDADE  
CONTÁBIL. UMA PREPARAÇÃO PARA SEU USO A FAVOR DA  
VANTAGEM COMPETITIVA.**

Ludmila Carla Scheuer Rodrigues

Porto Alegre

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

**ATIVOS INTANGÍVEIS: UMA EXPLANAÇÃO DAS PRINCIPAIS  
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO ACEITAS PELA COMUNIDADE  
CONTÁBIL. UMA PREPARAÇÃO PARA SEU USO A FAVOR DA  
VANTAGEM COMPETITIVA.**

Ludmila Carla Scheuer Rodrigues

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais como trabalho fundamental para obtenção do título de Bacharel, do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Schmidt

Porto Alegre

2011

# **ATIVOS INTANGÍVEIS: UMA EXPLANAÇÃO DAS PRINCIPAIS TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO ACEITAS PELA COMUNIDADE CONTÁBIL. UMA PREPARAÇÃO PARA SEU USO A FAVOR DA VANTAGEM COMPETITIVA.**

Ludmila Carla Scheuer Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** A importância dos ativos intangíveis vem aumentando nas organizações, e encontrar formas de identificá-los e mensurá-los tornou-se questão de sobrevivência. Por julgar o assunto Ativos Intangíveis imprescindível para a competitividade no mercado e até mesmo para a sobrevivência das empresas, esse trabalho visa mostrar as principais técnicas de avaliação desses ativos aceitas e usadas pela comunidade contábil, diferenciará as formas de mensuração entre IFRS e US GAAP e demonstrará a transcendência dos ativos intangíveis como elementos importantes para a correta avaliação do valor da empresa. Esse trabalho é fruto de uma revisão bibliográfica, de caráter explicativo. Chega-se à conclusão de que se avaliados corretamente os intangíveis, conforme as possibilidades apresentadas, os mesmos minimizam a lacuna existente entre o valor contábil e o valor econômico da empresa, gerando benefícios futuros para a empresa.

**Palavras-chave:** Intangíveis. Mensuração. Competitividade. Valor contábil. Valor econômico.

## **INTRODUÇÃO**

O estudo do ativo de uma empresa é um dos pontos mais importantes da Contabilidade Empresarial. Segundo Iudícibus (2009, p.123) o estudo do ativo “é o capítulo fundamental da Contabilidade, porque à sua mensuração e definição está ligada a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas”.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: ludy\_rodrigues@yahoo.com.br

Os ativos tangíveis são os bens corpóreos, físicos, palpáveis. Cunha (2007, p.6) coloca que se fossem utilizados apenas os bens corpóreos da empresa como base, a empresa obteria somente “uma taxa de retorno semelhante às médias comparáveis do seu segmento de atuação, sendo essa a base de uma quase infinita quantidade de modelos de avaliações de empresas do passado”.

O termo tangível, como nos diz Schmidt, Santos e Gomes (2003, p. 272), é oriundo do latim *tangere* (ou do grego *tango*) que significa tocar. Logo, os bens intangíveis são aqueles intocáveis, sem corpo físico. Os ativos intangíveis que estavam localizados no imobilizado, a partir da modificação da lei 6.404/76 (lei das S/A), ocorrida em 2007, passam a um grupo específico – Ativos Intangíveis – (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2008, p.16). A mesma obra cita que “essa figura de ativos corpóreos e não corpóreos precisa ser entendida de maneira não só física, mas também pela sua essência, seu vínculo, sua natureza”.

Diante dos fatos, que o cenário econômico mundial passa por constantes modificações e atualizações é de conhecimento geral. E dentro desse panorama metamorfofísico, as empresas precisam criar meios de destacarem-se no mercado. Nessa mesma tendência Rosa e Rosa Filho (2007) dizem que “a forte competição no mercado e a expectativa potencial de lucros futuros acima do esperado, respaldam a avaliação dos intangíveis”.

Os ativos intangíveis de uma empresa, análogo à Cunha (2007, p.1), correspondem aos valores não tocáveis que “pressupõe direito a receber benefícios futuros e que se encontram intimamente associados ao conhecimento, decorrente da ação humana e do uso da inteligência à mesma inerente”.

Com a globalização e o aumento da competitividade, as empresas vislumbraram nos ativos intangíveis a possibilidade de aumentar seu valor de mercado e atrair mais investidores. Consentâneo à Antunes e Leite (2008) a realidade empresarial atual tem suscitado, mais fortemente, o desenvolvimento de trabalhos na área de mensuração dos ativos intangíveis, bem como dos impactos causados ao patrimônio das organizações, tendo em vista a relevância que tais elementos representam para o seu desempenho e continuidade.

Antes de abordarem-se os ativos intangíveis como fonte de vantagem competitiva, os mesmos devem ser analisados sob a forma de sua mensuração e sob quais práticas de avaliação esses tipos de ativos possuem mais aceitabilidade na comunidade contábil. Então, quais as técnicas de avaliação dos ativos intangíveis mais aceitas e usadas pela comunidade contábil e como essa avaliação é realizada?

A forma como esse grupo de ativos será avaliado é de extrema importância para a correta mensuração do real valor contábil da empresa, visto que difere em muito do valor

econômico da mesma, e este será o objetivo desse trabalho: demonstrar as formas de avaliação dos ativos intangíveis mais aceitas pela comunidade contábil.

Competitividade reporta à estratégia. A estratégia, implícita ou explícita, é a definição de como são alocados os recursos para se atingir determinado objetivo. Porter (2004, p. 39) nos fala que “a diferenciação, se alcançada, é uma estratégia viável para obter retornos acima da média [...] porque ela cria uma posição defensável para enfrentar as cinco forças competitivas.” E a diferenciação, em se tratando de avaliação de ativos intangíveis, é o que trará a vantagem competitiva para a empresa.

O trabalho terá caráter explicativo, que segundo Gil (2008, p.28):

Esse tipo de pesquisa tem como preocupação central identificar os fatores ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.

Para o desenvolvimento será utilizado o procedimento de pesquisa bibliográfica, que uníssono a Lakatos e Marconi (2002, p.16), “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas e etc.”.

## **1 ATIVO**

### **1.1 CONCEITO E DEFINIÇÕES**

É fundamental iniciar uma discussão sobre ativos intangíveis conceituando primeiramente os ativos.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.283) colocam em sua obra a idéia emitida pelo Financial Accounting Standards Board – FASB, pelo Statement of Financial Accounting Concepts – SFAC 6, de que o ativo é definido como “benefícios econômicos futuros

prováveis, obtidos ou controlados por uma dada entidade em consequência de transações ou eventos passados”.

Na contabilidade, pode-se dizer que ao “lado esquerdo da equação de equilíbrio denominamos ATIVO. [...] Assim o ativo compreende os elementos patrimoniais positivos, ou seja, os bens e direitos”. (PADOVEZE, 2008, p.7).

Reis e Marion (2006, p.11) ensinam que o ativo é considerado a parte do balanço que vai reunir, em um todo, as destinações de recursos em bens e direitos. Os mesmos autores, nessa mesma obra, resumem que o ativo é “o conjunto dos bens e dos direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que tenham a capacidade de gerar benefícios presentes ou futuros”.

A NBC T 3 – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, conceitua ativos como sendo “um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos e o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade.”

E corroborando com o conceito do FASB, o qual já foi citado, apresentado por Hendriksen e Van Breda, Machado, *et al* (2003) explicam que:

O conceito provável é usado com seu significado geral, referindo-se ao que pode ser razoavelmente esperado ou pode ser acreditado baseado em evidência disponível ou lógica, mas pode não ser certo e nem pode ser provado. A intenção de sua inclusão na definição é reconhecer que os negócios ou outras atividades econômicas acontecem em um ambiente caracterizado por incerteza na qual poucos resultados são certos.

Então, considerar-se-á apto para reconhecimento o ativo que preencher os seguintes requisitos: corresponderem à definição de ativo, serem relevantes, serem mensuráveis e terem valor preciso (HENDRIKSEN E VAN BREDA, 1999, p.402). Os mesmos autores citam também três características essenciais dos ativos, segundo o FASB: incorporar um benefício futuro provável, controle desse benefício e ser fruto de transação ou evento passado.

## 1.2 CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS

O Ativo de uma empresa está disposto da seguinte maneira, conforme a NBC T 3: “As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de liquidez dos elementos nela registrados [...] observando-se iguais procedimentos para os grupos e os subgrupos.”

Ainda conforme a NBC T 3, as contas que farão parte do ativo da empresa deverão ser agrupadas em dois grandes grupos denominados Circulante e Não-Circulante. Os subgrupos que compõem o ativo Circulante são: disponível, crédito, estoque, despesa antecipada e outros valores e bens. O grupo Não-Circulante, conforme determinará os itens 14 e 15 dessa norma, será composto dos subgrupos realizável a longo prazo, investimento, imobilizado e intangível.

Segundo a lei 11.638/2007, no ativo “as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nela registrados, nos seguintes grupos: ativo circulante, ativo realizável a longo prazo e o ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido”. (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2008).

Especificando-se o grupo em que os intangíveis se encontram, o grupo do imobilizado, temos a seguinte redação da lei 11.638/2007: “no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”. (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2008).

## 2 ATIVO INTANGÍVEL

### 2.1 CONCEITO E DEFINIÇÕES

Após a devida conceituação e classificação do grupo dos ativos, vamos nos deter em um tipo específico desse: o ativo intangível.

Os ativos intangíveis, por serem intocáveis, são ativos que carecem de substância. Como tais, eles devem ser reconhecidos sempre que, conforme Hendriksen e Van Breda

(1999, p.387), “preencherem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, devem atender à definição de um ativo, devem ser mensuráveis e devem ser relevantes e precisos”.

Os ativos intangíveis, chamados também por outros de ativos invisíveis ou ativos intelectuais, formam, de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p.388), “uma das áreas mais complexas da contabilidade”. Em parte, essa complexidade deve-se às dificuldades de definição e identificação desses ativos. Podemos dizer que certamente os maiores empecilhos estão nas incertezas quanto à estimação de suas vidas úteis e à mensuração de seus valores.

Já para Martins apud Andrade e Lima (2008), “se quisermos ligar a etimologia da palavra Intangível à definição dessa categoria de ativos, nada conseguiremos, a não ser concluir que não há tal significado etimológico no conceito contábil”. Por exemplo:

Patentes são considerados ativos intangíveis; mas prêmios de seguro antecipados não possuem qualquer caráter de tangibilidade maior do que aquelas, porém não pertencem ao grupo dos intangíveis. Na verdade, investimentos, duplicatas a receber, depósitos bancários, representam todos eles direitos, mas apesar da falta de existência corpórea, não são considerados intangíveis.

No Brasil, os ativos intangíveis ganharam maior reconhecimento e destaque com as significativas mudanças na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis brasileiras, com a lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007.

Kayo (2002, p.14) define ativo intangível como “um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, interagindo com seus ativos tangíveis, contribui para formação do valor das empresas.”

Os ativos intangíveis, segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p.388), surgem quando ocorre o diferimento do desembolso com serviços. E o reconhecimento como despesa desse desembolso é postergado até o momento da realização da receita ao qual ele está vinculado.

Já Lev (apud Perez e Famã, 2006) define ativo intangível como “um direito a benefícios futuros que não possui corpo físico ou financeiro, que é criado pela inovação, por práticas organizacionais e pelos recursos humanos. [...] Os ativos intangíveis interagem com os ativos tangíveis na criação de valor corporativo e no crescimento econômico”.



## 2.1 CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Em virtude da complexidade de mensuração dos ativos intangíveis, existem diferenciações quanto a sua identificação e classificação.

Para que uma organização possa exercer suas atividades de maneira focada, ela precisa conhecer quais são os ativos que compõem a empresa, o valor que esses ativos lhe geram e a contribuição desses para o desempenho da organização.

Podemos definir alguns tipos de ativos intangíveis dentro dos balanços empresariais. Dentre eles, citam Schmidt e Santos (2009, p. 4) os gastos de implantação e pré-operacionais, as marcas e nomes de produtos, as pesquisas e desenvolvimentos, os direitos autorais, as patentes, as franquias, o desenvolvimento de softwares, as licenças, as matrizes de gravação, certos investimentos de longo prazo e o *goodwill*.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p.388), os ativos intangíveis são classificados de acordo com o Quadro 1.

**Quadro 1 - Intangíveis - Classificação**

INTANGÍVEIS	
<u>Intangíveis Tradicionais</u>	<u>Despesas Diferidas</u>
Nomes de produtos	Propaganda e promoção
Direitos de Autoria	Adiantamentos a autores
Compromissos de não concorrer	Gastos de desenvolvimento de <i>software</i>
Franquias	Gastos de emissão de títulos de dívida
	Gastos judiciais
<u>Interesses Futuros</u>	Pesquisa de marketing
<u>Goodwill</u>	Gastos de organização
Licenças	Gastos pré-operacionais
Direitos de operação	Gastos de mudança
Patentes	Reparos
Matrizes de gravação	Gastos de pesquisa e desenvolvimento
Processos secretos	Gastos de instalação
Marcas de comércio	Gastos de treinamento
Marcas de produtos	

Fonte: Hendriksen & Breda (1999, p.389).

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p.388), a ciência contábil admite duas classificações de Ativos Intangíveis:

- a) **Identificáveis:** os ativos tornam-se identificáveis quando estão associados a uma descrição objetiva;
- b) **Não Identificáveis:** em contrário, o ativo não identificável indica, especificamente, que não é possível definir com clareza sua origem.

Os autores citam que “o fato de que se pode ser dado um nome a um ativo intangível geralmente indica que se trata de um ativo identificável”. Ao contrário, o ativo não identificável vai indicar que não é possível definir com objetividade e clareza sua origem, descrição e controle.

Santos (2002) divide os ativos intangíveis em gastos de organização, marcas e nomes de produtos, pesquisa e desenvolvimento, *goodwill*, direitos de autoria, patentes, franquias, desenvolvimento de *software*, licenças, matrizes de gravação, serviços de marcas e certificação de marcas, cor única, formato, ou desenho da embalagem no comércio de vestuário, nomes de domínio na Internet, contratos de não-concorrência, solicitações ou pedidos de produção não atendidos, contratos de relacionamento com clientes, ativos intangíveis relacionados a jogos, óperas e balé, ativos intangíveis relacionados a livros, revistas, jornais e outros trabalhos literários, ativos intangíveis relacionados com trabalhos musicais, tais como composições, sons líricos e jingles de publicidade, ativos intangíveis relacionados a pinturas e fotografias, ativos intangíveis relacionados a material visual e audiovisual, incluindo filmes, vídeos musicais e programas de televisão, licenças, *royalties* e contratos de paralisação, propaganda, construção, gerenciamento, serviço ou fornecimento de contratos, contratos de aluguel, permissão para construção, contratos de franquia, direitos de operação e transmissão (rádio e televisão), direitos de exploração de água, ar, recursos minerais e recursos florestais, tecnologia patenteada, *software* de computação, segredos comerciais, tais como fórmulas secretas, processos e receitas, lista de clientes, relacionamento com clientes não contratual, tecnologia não patenteada, base de dados.

Dentre as classificações destacadas pelos autores, temos na Contabilidade um tipo de ativo intangível, que pode ser considerado o mais intangível dos intangíveis, o *goodwill*.

Esse tema tem tanta importância na comunidade contábil devido às grandes divergências entre o valor contábil e o valor econômico das empresas. Santos, *et al* (2006) apresentam pronunciamento do SFAS nº 141, emitido em junho de 2001, a qual é a primeira norma contábil, em termos mundiais, a definir com exatidão “as principais espécies de ativos intangíveis, bem como a determinar o seu registro separadamente do mais intangível dos intangíveis, o *goodwill*.”

Os ativos intangíveis, segundo o FASB (apud Santos, *et al*, 2006), podem ser classificados em cinco grupos principais além do *goodwill*. Eles são os seguintes: ativos intangíveis relacionados a *marketing*, ativos intangíveis relacionados a clientes, ativos intangíveis relacionados às artes, ativos intangíveis baseados em contratos, ativos intangíveis baseados em tecnologia.

Como já evidenciado nas citações apresentadas, não se encontra na literatura uma classificação única, unânime, dos ativos intangíveis. Encontra-se um grande número de elementos em grupos diferentes.

Citam Antunes e Leite (2008) que alguns ativos podem ser “mais facilmente identificados (marca, patentes, clientes, tecnologias, por exemplo) e outros são aqueles considerados como gerados internamente, mas de difícil identificação e controle.”

### **3 PRINCIPAIS TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS**

No âmbito dos modelos contabilísticos atuais, existe uma nítida impossibilidade em refletir, através da contabilidade, a imagem verdadeira e apropriada da posição econômico-financeira da empresa.

As demonstrações financeiras tradicionais demonstram o valor contábil das empresas, entretanto esquecem-se dos itens que compõem o valor econômico da mesma. Nesse rumo, é que os ativos intangíveis ganham tanto destaque.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.388) destacam que “os ativos intangíveis não deixam de ser ativos simplesmente porque não possuem substância. Seu reconhecimento deve obedecer, portanto, às mesmas regras válidas para todos os ativos”.

Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e se o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Apresentar-se-á a seguir as técnicas de avaliação de ativos intangíveis mais aceitas e usadas pela comunidade contábil que foram apresentadas por Schmidt et. al (2008). Os autores utilizam como base a obra de Carsberg (1966).

### 3.1 MÉTODO DE LAWRENCE R. DICKSEE

Considerado pelos estudiosos da Contabilidade como o método mais antigo de avaliação de ativos intangíveis. Baseia-se, resumidamente, na aplicação de um fator multiplicador sobre o lucro líquido retido corrente.

$$G = (LL - RA - i \times AT) \times F$$

Onde:

G = Valor do goodwill;

LL = Lucro líquido;

RA = Remuneração da administração;

i = Taxa de juros aplicáveis ao imobilizado tangível;

AT = Ativos tangíveis;

F = Fator multiplicativo para obtenção do goodwill.

**Figura 1: Método de Lawrence R. Dicksee**

**Fonte:** Schmidt, *et al* (2008).

Esse modelo possui algumas limitações, tais como a utilização do lucro líquido como base de mensuração e não o fluxo de caixa; não define como deve ser apurado o fator multiplicativo para a obtenção do *goodwill*; não define como será obtida a taxa de juros aplicável ao imobilizado tangível; utiliza o conceito de lucro retido, mas como um fator fixo, o que somente é razoável para empresas com crescimento estável.

Esse método, conforme Serra Negra, *et al* (2004), baseia-se no lucro líquido do período anterior à sua apuração, o que leva a distorções quando as empresas apresentam “uma variabilidade de resultados ao longo de certo período”.

### 3.2 MÉTODO DE HATFIELD

Considerado pelos estudiosos um grande avanço na época de sua apresentação, o método de Hatfield é considerado o precursor dos métodos atualmente utilizados. Foi o

primeiro método a fazer uso da metodologia do valor presente líquido para obter o valor de uma empresa e, por dedução do valor dos ativos tangíveis, o valor dos intangíveis.

Pode ser representado como na figura a seguir:

$$G = \frac{LL - RA}{j} - AT$$

Onde:

j = taxa de capitalização de lucros;

RA= remuneração dos administradores;

LL = lucro líquido;

AT= ativo tangível.

**Figura 2: Método de Hatfield**

Fonte: Schmidt, *et al* (2008).

Schmidt, *et al* (2008) apresentam as principais limitações desse modelo como sendo a utilização do lucro líquido como base de mensuração e não o fluxo de caixa; não define como deve ser calculada a taxa de desconto, denominada taxa de capitalização de lucros; não define qual será o critério de avaliação a ser adotado com relação aos ativos tangíveis; utiliza o conceito de lucro retido, mas como um fator fixo, o que somente é razoável para empresas com crescimento estável.

Esse método introduziu a visão do *goodwill* como resíduo em relação aos demais ativos.

### 3.3 MÉTODO DO VALOR ATUAL DOS SUPERLUCROS

O método do Valor Atual dos Superlucros apura, como o nome já diz, o valor atual dos superlucros, mas não inclui quaisquer outros ativos intangíveis no cálculo.

Nesse método, é considerada, além da taxa de desconto, a taxa de decréscimo gradativo do excesso de lucros.

É representado como na figura a seguir:

$$G = \sum_{t=1}^K \left( \frac{LL_t - RA - iAT}{(1+r)^t} \right)$$

Onde:

LL<sub>t</sub> = lucro líquido no momento t, que seria decrescente;

r = taxa de desconto atribuída aos superlucros;

t = duração superlucros;

RA = remuneração dos administradores;

i = taxa de juros aplicável ao imobilizado tangível;

k = limite de duração dos superlucros.

**Figura 3: Método do Valor Atual dos Superlucros**

**Fonte:** Schmidt, *et al* (2008).

Conforme os autores, as principais limitações desse modelo são: a utilização do lucro líquido como base de mensuração ao invés do fluxo de caixa; não define como deve ser calculada a taxa de desconto atribuída aos superlucros; não define qual o critério de avaliação utilizado em relação aos ativos tangíveis; não define como será calculada a taxa de juros aplicável ao imobilizado tangível; utiliza o conceito de lucro retido, mas como um fator fixo, o que somente é razoável para empresas com crescimento estável.

### 3.4 MÉTODO DE CUSTO DE REPOSIÇÃO OU CUSTO CORRENTE

Esse método é um dos métodos mais utilizados na avaliação dos ativos intangíveis. O método do custo corrente ou de reposição permite uma maior aproximação do valor econômico dos intangíveis e avalia os ativos intangíveis líquidos pelo método de custo corrente. É considerado um processo misto, que consiste na mensuração do ativo total por seu valor econômico e seus respectivos componentes pelo custo corrente.

$$Ai = \sum_{t=1}^n \frac{LLt}{(1+j)^t} - PLcc$$

Onde:

LLt = lucro líquido no momento t;

PLcc = patrimônio líquido a custos correntes;

j = custo de oportunidade do investimento de igual risco;

t = duração do lucro.

**Figura 4: Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente**

**Fonte:** Schmidt, *et al* (2008).

Ainda conforme os mesmos autores, as principais limitações desse modelo são: a utilização do lucro líquido como base de mensuração ao invés do fluxo de caixa; não define como deve ser calculado o custo de oportunidade do investimento de igual risco; considera que o lucro esteja crescendo a uma taxa fixa, o que somente é razoável para empresas com crescimento estável.

### 3.5 MÉTODO DO VALOR ECONÔMICO

É um método de difícil implantação, mas ao mesmo tempo é tido pelos estudiosos como um método ideal para a avaliação dos ativos. Pode ser representado como na figura a seguir:

$$A_i = \frac{V_t}{(1+j)^t} + \sum \frac{{}^n R_t}{t-1(1+j)^t}$$

Onde:

$A_i$  = valor econômico do ativo;

$V_t$  = valor residual do ativo;

$j$  = custo de oportunidade de empreendimento de igual risco;

$R_t$  = resultado econômico produzido pelo ativo;

$n$  = horizonte de tempo.

**Figura 5: Método do Valor Econômico**

**Fonte:** Schmidt, *et al* (2008).

Schmidt, *et al* (2008) ensinam que as principais limitações desse modelo são: a utilização do resultado econômico como base de mensuração ao invés do fluxo de caixa; não apresenta como é calculado o custo de oportunidade do empreendimento de igual risco; considera que o lucro esteja crescendo a uma taxa fixa, o que somente é razoável para empresas com crescimento estável; é útil para avaliar ativos que estejam produzindo receita no período corrente, mas não contempla ativos intangíveis e tangíveis que não estejam produzindo receitas atualmente; é útil para se avaliar ativos tangíveis individualmente, mas não para avaliar ativos intangíveis, já que para esses normalmente não existe um valor residual apreciável.

### 3.6 MÉTODO DO VALOR DE REALIZAÇÃO

Esse método desenvolvido por Iudicibus, conforme Serra Negra, *et al* (2004) e Schmidt, *et al* (2008) trata o *goodwill* pelo seu valor líquido de realização, ou seja, pela diferença entre o lucro projetado para os períodos futuros, menos o valor do custo de oportunidade, dividido pela taxa desejada de retorno. Leva em conta todo o período de existência da empresa. Pode ser representado como na figura a seguir:



$$G = \left( \frac{L_1 - (PL_0 \times R)}{1 + j} \right) + \dots + \left( \frac{L_n - (PL_{n-1} \times R)}{(1 + j)^n} \right)$$

Onde:

PL = patrimônio líquido a valores de realização;

R = taxa de retorno de um investimento de risco zero;

$L_n$  = lucro projetado;

J = taxa de retorno desejada.

**Figura 6: Método do Valor de Realização**

**Fonte:** Schmidt, *et al* (2008).

Schmidt, *et al* (2008) apresentam as principais limitações desse modelo: a utilização do lucro líquido como base de mensuração ao invés do fluxo de caixa; não define como deve ser calculada a taxa de retorno desejada; considera que o lucro esteja crescendo a uma taxa fixa, o que somente é razoável para empresas com crescimento estável; utiliza o patrimônio líquido a valores de realização, o que é razoável para empresas em descontinuidade e não em continuidade; é útil para avaliar ativos que estejam produzindo receita no período corrente, mas não contempla ativos intangíveis e tangíveis que não estejam produzindo receitas atualmente.

### 3.7 MÉTODO DO EXCESSO ECONÔMICO SOBRE O VALOR CORRENTE

Nesse método os ativos são avaliados a custos correntes. Pode ser representado como na figura a seguir:

$$EVE = \left\{ \left[ \frac{Vt}{(1+R)^t} \right] + \sum_{i=1}^n \left[ \frac{Rt}{(1+R)^t} - Acc \right] \right\}$$

Onde:

EVE = Excesso do Valor Econômico sobre o valor corrente;

Vt = Valor residual do ativo;

R = Custo de oportunidade de empreendimento de igual risco;

n = horizonte de tempo;

Rt = Resultado econômico produzido pelo ativo;

Acc = Ativo avaliado a custo corrente.

**Figura 7: Método do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente.**

**Fonte:** Silveira, *et al* (2009).

Conforme Silveira *et al* (2009) entre as vantagens desse método cita-se “a avaliação do ativo a custos correntes. Entretanto, como desvantagem, aponta-se sua complexidade, no que diz respeito à compreensão de cada incógnita, o que pode vir por gerar grandes distorções em seu valor.”

### 3.8 MÉTODO NOVA IORQUE

Seguindo a linha de Schmidt, *et al* (2008) este método data de 1898 e é praticamente idêntico ao modelo de Lawrence R. Dicksee, apenas com a variação “de que o lucro líquido é obtido pela média dos últimos cinco anos, ao invés de se utilizar o lucro líquido corrente”.

$$G = (LL - RA - i \times AT) \times F$$

Onde:

G = Valor do goodwill;

LL = lucro líquido (média dos últimos 5 anos);

RA = Remuneração da administração;

i = Taxa de juros aplicável ao imobilizado tangível;

AT = Ativos tangíveis;

F = Fator multiplicativo para obtenção do goodwill.

**Figura 8: Método Nova Iorque**

**Fonte:** Schmidt, *et al* (2008).

Os autores explicam que as principais limitações desse modelo são similares às apresentadas em relação ao método de Lawrence R. Dicksee, isto é, a utilização do lucro líquido como base de mensuração ao invés do fluxo de caixa; não define como deve ser apurado o fator multiplicativo para obtenção do *goodwill*; não define como será obtida a taxa de juros a ser aplicada sobre o valor do imobilizado tangível; utiliza o conceito de lucro retido, mas como um fator fixo, o que somente é razoável para empresas com crescimento estável.

#### **4 PRINCIPAIS MUDANÇAS EXIGIDAS PELA LEI 11.638/2007**

A Lei 11.638, sancionada em 20 de dezembro de 2007, a qual entrou em vigor em 01 de janeiro de 2008, alterou e introduziu novos dispositivos da lei das S/A, a lei 6.404/16 – Lei das Sociedades por Ações. Seu objetivo foi alterar regras contábeis vigentes, fazendo ajustes em relação à tributação e ajustes de outras naturezas, inclusive no âmbito dos ativos intangíveis. Com a adoção da nova lei, os dispositivos alterados permitirão a adoção das normas internacionais, o que antes não era possível. As principais alterações da lei, referente aos intangíveis, foram nos artigos 179 e 183, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 179: As contas serão classificadas da seguinte forma:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Art. 183: No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.

§ 3º: A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

De fato, os ativos intangíveis estavam localizados no imobilizado, e a partir da modificação da lei 6.404/76 (lei das S/A), passam a um grupo específico – Ativos Intangíveis – (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2008, p.16). Mesmo que sutil essa alteração, pode-se ter, em alguns casos, significativas mudanças na escrituração e divulgação de peças contábeis.

## **5 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NA AVALIAÇÃO DOS INTANGÍVEIS: IFRS x US GAAP**

Tendo em vista a implantação no Brasil das normas contábeis internacionais – IFRS, serão apresentadas as semelhanças e diferenças dessas normas entre as normas adotadas pelos Estados Unidos – US GAAP, no âmbito dos ativos intangíveis.

Tais definições foram extraídas do Pocket Guide, ou Guia de Bolso, da Price WaterhouseCoopers (2004).

Na aquisição do ativo intangível, as IFRS exigem o reconhecimento pela compradora de todos os ativos e passivos adquiridos (ainda que não originalmente reconhecidos na empresa adquirida), ao seu valor justo. O ágio ou deságio originado da aquisição corresponde à diferença entre o valor justo dos ativos dados em pagamento pela aquisição e o valor justo de todos os ativos e passivos adquiridos. Pelo US GAAP, nesse ponto, são semelhantes às IFRS, mas possuem regras específicas para projetos em andamento de pesquisa e desenvolvimento adquiridos (geralmente devem ser lançados como despesa no resultado).

Em relação ao tratamento subsequente à aquisição, tanto pelas IFRS quanto pelo US GAAP, certos ativos intangíveis de origem contratual, separáveis e com vida útil finita devem ser amortizados. Ágio e ativos intangíveis com vida indefinida não são amortizados, mas têm seu valor de recuperação calculado anualmente e comparado ao valor contábil. Sempre que o valor de recuperação for inferior ao valor contábil, uma perda deve ser reconhecida no resultado do exercício.

Sobre os ativos intangíveis adquiridos de terceiros, pelas IFRS, requerem a capitalização se os critérios de reconhecimento são atendidos. Ativos intangíveis devem ser amortizados considerando sua vida útil. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem, no mínimo anualmente, ter o seu valor de recuperação calculado e comparado

com o valor contábil. Caso o valor recuperável seja inferior ao contábil, uma perda deve ser registrada contra o resultado do exercício. Reavaliações são permitidas em raríssimas circunstâncias. Os ganhos ou perdas apurados na venda ou baixa dos ativos intangíveis são registrados como despesas operacionais. Pelo US GAAP, as definições são semelhantes às IFRS, porém reavaliações não são permitidas.

Para finalizar esse ponto, sobre os ativos intangíveis gerados internamente, pelas IFRS os custos com pesquisa são lançados como despesa quando incorridos. Custos de desenvolvimento de ativos intangíveis são capitalizados, se atendidos certos critérios, e amortizados com base na sua vida útil estimada do correspondente ativo. Despesas pré-operacionais, gastos com o lançamento de novos produtos ou processos produtivos ou relacionados com o período em que a capacidade de produção normal da empresa ainda não foi atingida (“*start-up costs*”) são lançados como despesa quando incorridos. Os ganhos ou perdas apurados na venda ou baixa dos ativos intangíveis são registrados como despesas operacionais.

Pelo US GAAP, os custos de pesquisa e desenvolvimento são lançados como despesa no resultado do exercício quando incorridos. Alguns custos de desenvolvimento de *software* e *website* devem ser capitalizados.

## **6 ATIVOS INTANGÍVEIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CORRETA AVALIAÇÃO DO VALOR DA EMPRESA**

Hodiernamente, o cenário mundial passa por mudanças significativas nas estruturas empresariais, sejam elas mudanças contábeis, econômicas ou de estratégias competitivas. Cada vez mais o ambiente econômico depara-se com empresas que possuem em seus intangíveis a maior parte de seu valor de mercado. Corrobora com essa idéia Cunha (2007, p.2) dizendo que “inúmeras empresas vêm buscando adotar e explicitar estratégias que incluam a avaliação de seus fatores intangíveis, visando correta identificação de seu valor de mercado, buscando atrair novos investidores com a adequada exposição do seu custo de capital”.

Iudícibus (2009, p.216) expõe que os ativos intangíveis, ainda um assunto praticamente desconhecido pelos contadores, “são os vetores de maior valor para a empresa.

[...] Um Balanço Patrimonial, no qual não tenhamos nos esforçado em fazer um retrato adequado dos intangíveis, conta apenas uma parte da realidade empresarial e, portanto, é enganoso para os usuários”.

Para termos idéia da grandeza do assunto, Rosa e Rosa Filho (2007) nos dizem que:

A forte competição no mercado e a expectativa potencial de lucros futuros acima do esperado respaldam a avaliação dos intangíveis. [...] Exemplos podem ser citados:

a) a Kraft foi incorporada pela Philip Morris por US\$10 bilhões. A contabilidade registrava o valor de US\$1 bilhão;

b) a UNILEVER comprou a KIBON por US\$930 milhões. A Contabilidade registrava menos de 30% deste valor;

c) a Yahoo fatura US\$500 milhões por ano e lucrou US\$16 milhões em nove meses de 99. Vale no mercado US\$100 bilhões. A previsão de retorno do investimento na empresa é de 360 anos;

Santos, *et al* (2006) citam que “pode-se afirmar que o *goodwill* está estreitamente relacionado a uma expectativa de obtenção de lucros futuros acima da média”. Schmidt, Santos e Gomes (2006, p.62) complementam dizendo que o *goodwill* “é aquele ‘algo a mais’ pago sobre o valor justo do patrimônio das entidades adquiridas, devido a uma expectativa de lucros futuros, em excesso de seus custos de oportunidade”.

Porter (1999, p.47) diz que “uma empresa só é capaz de superar em desempenho os concorrentes se conseguir estabelecer uma diferença preservável. [...] Em contraste, o posicionamento estratégico significa desempenhar atividades diferentes das exercidas pelos rivais ou desempenhar as mesmas atividades de maneira diferente”. E estamos, atualmente, incluindo nessas atividades a avaliação dos ativos intangíveis.

Perez e Famã (2006), concluem que:

Os ativos intangíveis são relevantes no desempenho econômico da empresa e os resultados obtidos nesta pesquisa demonstram isso, pois ficou evidente que empresas com maior parcela de ativos intangíveis geraram mais valor para seus acionistas. Os resultados encontrados foram tão claros que podem permitir, inclusive, inferir-se que, no período analisado, os ativos tangíveis proveram às empresas apenas lucros normais e que a verdadeira criação de valor foi proporcionada pelos ativos intangíveis.

Santos, *et al* (2006) ensinam que “verifica-se nitidamente um relacionamento estreito entre a vantagem competitiva e a existência de ativos intangíveis nas empresas”.

Sá (2008, p.210) complementa que “uma coisa é a teoria do valor em Contabilidade e outra é a teoria do valor em Economia. Em razão disso, não podemos e nem devemos confundir as metodologias e nem o emprego dos conceitos.” Ainda na mesma obra, o autor apresenta que tanto a Contabilidade quanto a Economia possuem como objeto de estudo a riqueza, mas com óticas diferentes; “a Economia analisa o aspecto global e a Contabilidade o individual. O valor para a empresa não é sempre o mesmo valor que a economia considera”.

Tem-se então nas mãos a avaliação dos ativos intangíveis, que buscam estreitar a lacuna existente entre o valor contábil e o valor econômico da empresa.

## **CONCLUSÃO**

Na era do conhecimento, os ativos intangíveis transformaram-se em determinantes fundamentais do valor de uma empresa.

Diante disto constata-se que a intangibilidade é um desafio desse novo século para teóricos e práticos da ciência contábil que enfrentam as reestruturações empresariais e suas complexas análises de mensuração.

O tratamento contábil dos ativos intangíveis vai requerer dos profissionais da área contábil muito julgamento e boa formação. Inegável e irrefutável é o grau de qualidade que passa a ter a informação contábil com a disciplina dos intangíveis (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2008, p.235).

O grupo dos intangíveis passa a ser formado por contas que estavam em outros grupos do Ativo Permanente, e novas transações, que representam bens incorpóreos.

## **ABSTRACT**

The importance of intangible assets is increasing in organizations, and find ways to identify them and measure them has become a matter of survival. Judging the subject intangible assets essential for the competitiveness in the market and even the survival of enterprises, this work aims to show the main techniques for valuing such assets accepted and

used by the accounting community, forms of measurement differentiate between IFRS and U.S. GAAP and demonstrate the transcendence of intangible assets as important for the correct valuation of the company. This work is the result of a literature review of an explanatory nature. Reach the conclusion that the intangibles are evaluated correctly, as the possibilities presented, they minimize the gap between book value and economic value of the company, generating economic benefits for the company.

**Keywords:** Intangibles. Measurement. Competitiveness. Book value. Economic value.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANDRADE, Doroteia de Moraes. LIMA, Robernei Aparecido. **Ativo Intangível**. Outubro, 2008. Disponível em <<http://www.webartigos.com/articles/10289/1/Ativo-Intangivel/pagina1.html#ixzz1NmjcZhMP>>. Acesso em: 29 mai. 2011.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. LEITE, Rafael Soares. **Divulgação de informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para analistas de investimentos**. Revista Universo Contábil, Blumenau, v.4, n.4, p.22-38, out./dez. 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico 04 – Ativo Intangível**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=18>>. Acesso em 01 jun. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.283/10, de 02 de junho de 2010**. Revoga as Resoluções CFC nº. 686/90, 732/92, 737/92, 846/99, 847/99, 887/00 e 1.049/05, que tratam da NBC T 3 - Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=249&codConteudo=3690>>. Acesso em: 05 jun. 2011.



CUNHA, Gerson de Simas. **Ativos Intangíveis: evolução dos modelos de avaliação**. Porto Alegre, 2007. 64 p.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Original Pronouncements: Accounting Standards, 1996/97**. New York: John Wiley & Sons, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael. **Teoria da contabilidade**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOOG, Wilson A. Z. **Ativo Intangível: o que mudou? – lei 11.638/07- Reforma das demonstrações Contábeis**. Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis. 30 de julho. 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. Suplemento. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAYO, Eduardo Kazuo. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas**. São Paulo, 2002.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria, **Metodologia do trabalho científico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, Nilson Perinazzo. SCHMIDT, Paulo. SANTOS, José Luiz dos. GOMES, José Mário Matsumura. PINHEIRO, Paulo Roberto. **Teste de *impairment* para ativos de longa duração: tratamento contábil de acordo com o SFAS nº 144**. Revista ConTexo, Porto Alegre, v.3, n.5, 2º semestre 2003.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Manual de Contabilidade Básica. Contabilidade Introdutória e Intermediária**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREZ, Marcelo Monteiro. FAMÃ, Rubens. **Ativos Intangíveis e o Desempenho Empresarial**. Revista Contabilidade Financeira – USP, São Paulo, n. 40, p. 7 – 24, Jan./Abr. 2006.

PORTER, Michael E. **Competição = On competition**: estratégias competitivas essenciais. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Competitiva**: técnicas para a análise de indústrias e da concorrência. Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Price WaterHouse Coopers. **Pocket Guide**. 2004. Disponível em <[www.pwc.com/pt\\_BR/br/ifrs.../semelhancas-diferencas-por.pdf](http://www.pwc.com/pt_BR/br/ifrs.../semelhancas-diferencas-por.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2011.

REIS, Arnaldo. MARION, José Carlos. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSA, Celso da. ROSA FILHO, Celso da. **Ativos Intangível – Uma abordagem teórica**. Junho, 2007. Disponível em <<http://www.facet.br/artigos/index.php?artigo=6>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008

SANTOS, José Luiz dos. **Ativos Intangíveis**. Revista ConTexto, Porto Alegre, v.2, n.2, 1º semestre 2002.

SANTOS, José Luiz dos. GOMES, José Mário Matsumura. FERNANDES, Luciane Alves. PINHEIRO, Paulo Roberto. SCHMIDT, Paulo. **Ativos Intangíveis: fonte de vantagem competitiva**. Revista ConTexo, Porto Alegre, v.6, n.10, p. 29-46, 2º semestre 2006.

SCHMIDT, Paulo. SANTOS, José Luiz dos. FERNANDES, Luciane Alves. GOMES, José Mário Matsumura. MACHADO, Nilson Perinazzo. **Modelo Residual de Avaliação de Ativos Intangíveis**. REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v.2, n.2, art.2, p.18-37, mai./ago. 2008.

SCHMIDT, Paulo. SANTOS, José Luiz dos. GOMES, José Mário Matsumura. **Contabilidade Intermediária**. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de Avaliação de Ativos Intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHNORRENBERGER, Darci. **Considerações gerais sobre ativos intangíveis**. Revista Contemporânea de Contabilidade, Santa Catarina, n. 02, p. 11-40, Jul./Dez. 2004.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto. SERRA NEGRA, Elizabete Marinho. PIRES, Marco Antonio Amaral. RESENDE FILHO, Nourival de Souza. LAGE, Walmir Moreira. COUTINHO, Walter Roosevelt. **Discussão, mensuração e avaliação do goodwill: da questão teórica à prática empresarial.** Anais do CLADEA, República Dominicana, 2004 e 17º CBC-2004 Santos/SP.

SILVEIRA, Francieli Norma da Silva. ENSSLIM, Sandra Rolim. REINA, Donizete. ROVER, Suliani. **Operacionalização de métodos de mensuração de ativos intangíveis em uma empresa do setor elétrico.** In: CONGRESSO USP, CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9. São Paulo, 2009.